



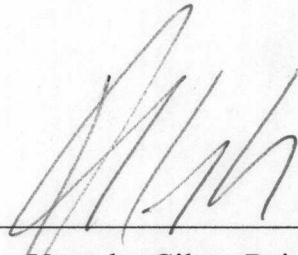
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão
REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº
1100/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, nos termos do II, do art. 86 do Regimento Interno, pedido de informação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e política Urbana solicitando as seguintes informações:

- Qual o número de espécimes arbóreos suprimidos em logradouros públicos no município, por regional, no período de 2017 até a presente data?
- Os respectivos laudos técnicos e autorizações emitidas para supressão de espécimes arbóreos supracitados, por regional.
- A relação de espécimes arbóreos plantados em substituição àqueles que foram suprimidos.


Vereador Gilson Reis

Ao Senhor Vereador
Elvis Cortes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>12/09/19</u>
<u>Ammanda</u> Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

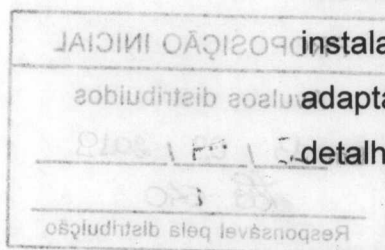
1101/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação sobre o cumprimento da Lei nº 10.142, de 24 de março de 2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados em praças, parques, escolas e creches municipais, bem como em locais de diversão em geral abertos ao público" e do Decreto nº 16.363, de 4 de julho de 2016, que "Institui o Selo de Acessibilidade para o Comércio no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências".

Solicitam-se:

- informações referentes ao cumprimento das disposições da Lei nº 10.142/11, desde a data de sua publicação, contendo, especialmente, identificação e detalhamento de *playgrounds* localizados nos seguintes espaços públicos: jardins, praças, parques, clubes, áreas de lazer, áreas abertas ao público, escolas e creches municipais que obtiveram implantação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência; com especificação dos brinquedos instalados, inclusive daqueles adaptados para atender a crianças com deficiência visual;
- informações sobre eventuais cronogramas existentes para instalação, nos espaços públicos citados, de brinquedos adaptados conforme a Lei nº 10.142/11, com respectivo detalhamento;

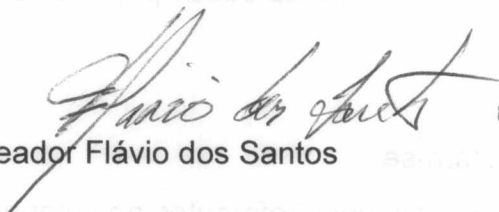


Excelentíssimo Senhor
Vereador Elvis Côrtes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

- informações sobre a realização de fiscalização do cumprimento das disposições da Lei nº 10.142/11, desde a data de sua publicação, em *playgrounds* localizados nos seguintes espaços, em propriedade privada de uso público: jardins, praças, parques, clubes, áreas de lazer, áreas abertas ao público, escolas e creches;
- informações sobre as vistorias, os pareceres, as análises, os estudos e os debates de que tratam os incisos do art. 3º do Decreto nº 16.363/16, sobretudo em relação aos brinquedos a que se refere a Lei nº 10.142/11.

Belo Horizonte, 11 de Setembro de 2019


Vereador Flávio dos Santos

SL 2804

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>13 / 09 / 2019</u>
<u>168 - 640</u>
Responsável pela distribuição



REQUERIMENTO Nº CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Senhor Presidente,

Requerimento de Comissão

1102/2019

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre os cancelamentos de documentos fiscais feitos pela Secretária de Política Urbana, e publicados no Diário Oficial do Município nesta quinta-feira, 12 de Setembro de 2019 - Ano XXV - Edição N.: 5854.

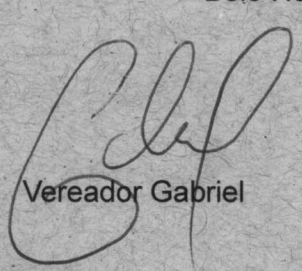
O argumento utilizado pelo Executivo Municipal foi a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – STF que permite, que a administração possa anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Posto isso, e tendo em vista os múltiplos cancelamentos de documentos fiscais em face das empresas **EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA**, **SW ESPETERIA EIRELI - ME** e **RCA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, solicito que seja informado:

- Quais foram os vícios identificados, individualizados por documento fiscal, que tornaram os atos praticados ilegais?
- Nos casos em que não foi constatada ilegalidade, quais foram os motivos de conveniência ou oportunidade, que fundamentaram a revogação dos atos?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os critérios usados pelo Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador, uma vez que o múltiplo cancelamento aponta para falha na atividade de fiscalização.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2019.


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Elvis Côrtes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 13 / 09 / 2019

RS-640

Responsável pela distribuição

Sil 2865

REQUERIMENTO ANALISADO
Tipo: <u>Pedido de Informação</u>
Em <u>12/09/2019</u>
<u>CM56P</u>
DIVAPC

Requerimento de Comissão
REQUERIMENTO DE COMISSÃO /2019
1106/2019

Senhor Presidente,

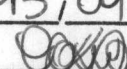
Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública externa no dia 30/09/19 às 19:00 horas, no auditório do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (Rua Dona Luiza, nº 311, Milionários) com a finalidade de discutir sobre a implantação de uma antena de telefonia móvel na Praça Sete Lagoas (localizada entre as Ruas Maurílio Gomes e rua Dona Giuseppela, no bairro Milionários, região do Barreiro.)

A audiência faz-se necessária para que sejam discutidos os impactos que a antena trará para a comunidade próxima ao local de sua instalação.

Abaixo encaminho a lista de convidados.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2019.


Pedrão do Depósito
Líder PPS

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>13, 09, 2019</u>
 627
Responsável pela distribuição

Exmo. Sr.
Vereador Elvis Côrtes
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Lista de convidados:

Convidados (as):

- Secretário Municipal de Meio Ambiente;

Mário Werneck

- Coordenador de Atendimento Regional Barreiro;

Walmir Anselmo Mattos

- Representante do COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente

-ASCOMBAMA — Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Milionários

E-mail: associacaomilionarios@yahoo.com.br

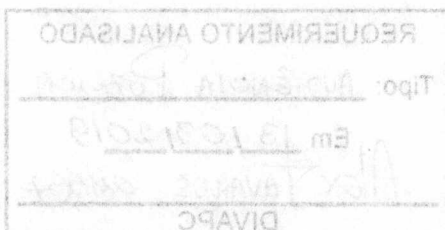
Conselheiro: José Márcio Silveira

- Secretária Municipal de Política Urbana

Maria Fernandes Caldas

- Secretário Municipal de Saúde

- Doutor Jackson Machado

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by a vertical stroke and a long, sweeping tail.

REQUERIMENTO ANALISADO
Tipo: AUDIÊNCIA PÚBLICA
Em 13/09/2019
Alex TAVARES 01567
DIVAPC



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI 792/2019 COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

RELATÓRIO

O presente parecer é sobre o Projeto de Lei 792/2019 de autoria dos vereadores Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Autair Gomes; Ver.(a) Bim da Ambulância; Ver.(a) Carlos Henrique; Ver.(a) Catatau do Povo; Ver.(a) Cláudio Duarte; Ver.(a) Coronel Piccinini; Ver.(a) Dimas da Ambulância; Ver.(a) Eduardo da Ambulância; Ver.(a) Fernando Borja; Ver.(a) Flávio dos Santos; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Hélio da Farmácia; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jair Di Gregório; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Juninho Los Hermanos; Ver.(a) Maninho Félix; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Mateus Simões; Ver.(a) Orlei; Ver.(a) Pedrão do Depósito; Ver.(a) Preto; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Ramon Bibiano da Casa de Apoio; Ver.(a) Reinaldo Gomes; Ver.(a) Wesley Autoescola que "Institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências."

Na folha 08 encontram-se a justificativa dos autores. O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlatada (folhas 09 à 28), e na folha 29, encaminhamentos para as comissões de Legislação e Justiça, I, "a"; Meio Ambiente e Política Urbana IV, "e", "f" e "h"; Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, V e Administração Pública, II, "g" e "i".

O Vereador Coronel Piccinini foi designado como relator na Comissão de Legislação e Justiça (folha 30). Contudo, em decorrência de devolução sem parecer, o presidente desta mesma comissão, designou como novo relator o Vereador Reinaldo Gomes (folhas 31 e 32). No entanto, despacho do diretor do processo legislativo recomendou que fosse tornado sem efeito o despacho de que designou o relator da Comissão, conforme consta na folha 33,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por fim, a folha 34 informa que a Comissão de Legislação e Justiça, não emitiu parecer em decorrência de perda de prazo.

O Projeto foi remetido para a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, na qual eu fui designado relator (folha 35).

Passo a analisar o Projeto de Lei para a devida emissão de parecer, conforme o art. 52, inciso IV, "e", "f" e "h" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei 792/19, que "Institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências." é o objeto deste parecer.

A proposta apresentada pelo PL 792/19 possui um significado importante no que tange a desburocratização do ambiente de negócios, contudo, há de se discutir também os aspectos referentes a defesa e a proteção do consumidor, que é um direito fundamental expresso na Constituição da República de 1988. Além disso, há de se preocupar não somente com os impactos econômicos, mas também com impactos sociais, ambientais, urbanos, dentre outros.

Não abordarei a questão dos impactos relativos a proteção e a defesa do consumidor porque não é uma matéria específica dessa comissão, contudo entendo que é um aspecto relevante no contexto da proposta do PL 792/19.

Os autores em sua justificativa dizem que "Os princípios norteadores deste Projeto de Lei respeitam a liberdade individual, ao garantir o livre exercício de atividades econômicas, a presunção de boa-fé do particular e a intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre tais atividades". Contudo, não se pode flexibilizar e desburocratizar sem estabelecer parâmetros mínimos que se mantenha a harmonia da cida-

20mg



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de, especialmente na aplicabilidade do Código de Posturas do município de Belo Horizonte. Há de se pensar nos direitos de liberdade econômica sem que os direitos da coletividade sejam prejudicados. Dito isso, entendendo que algumas partes do PL 792/19 precisam ser melhor esclarecidos e, ou mesmo, suprimidos, pois confrontam com um arcabouço legal que visam harmonizar o espaço urbano.

Portanto apresento a emenda suprimindo especificamente, o art. 3º do PL 792/19, pois o seu conteúdo poderá inviabilizar a aplicabilidade da Lei Municipal 5.913/91 (Regula o horário do comércio de BH); Lei Municipal 7.166/96 (Parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município) e Lei Municipal 8.616/03 (Código de Posturas).

O PL 792/19 em seu art. 3º deve ser suprimido porque especifica o que seriam os atos públicos de liberação de atividade econômica. Da forma que está proposto, haveria um enfraquecimento dos interesses públicos em face aos interesses privados e colocaria a convivência harmônica da cidade.

CONCLUSÃO

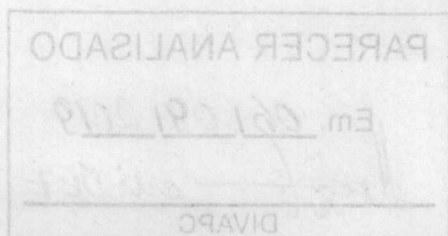
Diante do exposto, entendo pela aprovação do Projeto de Lei nº 792/2019, no 1º turno, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019.


Edmar Branco

Vereador - Avante

Vereador Edmar Branco
AVANTE





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.


EMENDA SUPRESSIVA

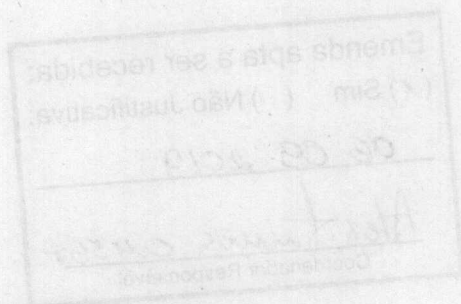
Nº _____

AO PROJETO DE LEI 792/2019

Suprimam-se do Projeto de Lei nº 792/19 o art. 3º, renumerando-se os artigos subsequentes.

Belo Horizonte, 29 de Agosto de 2019


Edmar Branco
Vereador/Avante





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2019.

Senhor Diretor,

Encaminho para conhecimento de V. Sa. a Comunicação de Licença Médica concedida ao Vereador abaixo, a partir de documento recebido pela Seção Médica em 05/09/2019:

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10179	Flávio Estevam dos Santos	G.V. Flávio dos Santos	01/07/19

Atenciosamente,

Luiz Antônio Camargo de Mello
Chefe da Seção Médica - Em exercício

Ilmo. Senhor
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretoria do Legislativo

F. Stéfano
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretor do Processo Legislativo

CMBH_DIRLEG-06/set/19-16:00:09-006934-1

Sil 2669



CÂMARA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

COMUNICAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA

VEREADOR

NOME

FLÁVIO ESTEVAM DOS SANTOS

CM

10179

LICENÇA

PERÍODO

01, 07, 19 a 01, 07, 19

DURAÇÃO

01 (DIAS)

INSPEÇÃO

08, 09, 19

AFASTAMENTO RECENTE?
(ÚLTIMOS 60 DIAS)

☒ NÃO

☐ SIM

AFASTAMENTO DE MESMA CAUSA OU DELA DECORRENTE?

☐ NÃO

☐ SIM, NOS PERÍODOS

____/____/____ a ____/____/____ e ____/____/____ a ____/____/____

MÉDICO(S)

Dr. Marcos Antônio Gangana Júnior - CM 352
Médico de Trabalho - CRMAG Nº 30004

ASSINATURA E CARIMBO

ASSINATURA E CARIMBO

LICENÇA CONCEDIDA CONFORME RESOLUÇÃO 1480/90 E PORTARIA 11824/09

DEFERIMENTO DO SECRETÁRIO GERAL

ASSINATURA E CARIMBO

AVULSOS DISTRIBUIDOS

EM 06/09/2019

1-594

Responsável pela distribuição